



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE MATEMÁTICA**

ROGÉRIO DE MATOS SILVA

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
MATEMÁTICA**

**Castanhal – PA
2018**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE MATEMÁTICA**

ROGÉRIO DE MATOS SILVA

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
MATEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido à Banca Examinadora da Faculdade de Matemática do Campus Universitário de Castanhal, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado(a) Pleno(a) em Matemática.

Orientadora: MSc. Maria Eliana Soares

Co-orientadora: MSc. Willa Nayana Corrêa Almeida

**Castanhal – PA
2018**

ROGÉRIO DE MATOS SILVA

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
MATEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido à Banca Examinadora da Faculdade de Matemática do Campus Universitário de Castanhal, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado(a) Pleno(a) em Matemática.

Orientadora: MSc. Maria Eliana Soares

Co-orientadora: MSc. Willa Nayana Corrêa Almeida

Data da avaliação: _____ de _____ de _____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora
(Presidente):

MSc. Maria Eliana Soares
Faculdade de Matemática - UFPA

1º Membro:

MSc. José Geraldo Gonçalves da Silva
Faculdade de Matemática - UFPA

2º Membro:

Dr. Nildsen Fernando Lisbôa da Silva
Faculdade de Matemática - UFPA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos, minha esposa Bernadete, minha filha Alícia e a toda minha família que com muito carinho e apoio não mediram esforços para me ajudar a concluir mais essa jornada acadêmica em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e saúde para concluir mais essa etapa da minha vida.

Agradeço a minha mãe, por ter sempre me guiado no caminho certo, e por ter acreditado e esperado em mim para realizar um sonho seu, que era ver um de seus filhos, formado em nível superior.

Agradeço a todos os meus irmãos que direta e indiretamente contribuíram com minha formação. E agradeço muito a minha esposa Bernadete pela paciência e companheirismo em todos os momentos desse curso e de nossas vidas, se não fosse seu apoio moral, financeiro e conselheiro eu não teria ido tão longe.

E por fim agradeço a minha orientadora Prof. Eliana Soares, por me acolher no momento em que mais precisei e por ter me orientado com competência para a realização deste trabalho.

A educação não é só uma prioridade. Ela é a precondição do desenvolvimento e da justiça social (GADOTTI, 2009, p. 55).

RESUMO

O Programa “Mais Educação”, como ação da política educacional é voltado para estudantes do Ensino Fundamental, proporcionando a ampliação da jornada estudantil das escolas da rede pública, por meio de atividades que são agrupadas em macrocampos. Contudo, no ano de 2016 o referido passou por reformulações, onde foi criado o Novo Mais Educação, promulgado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, com mudanças tanto estruturais quanto pedagógicas. Assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo discutir acerca da importância do Programa “Mais educação” para a formação de professores, considerando a colaboração de três graduandos mediadores do programa, todos concluintes do curso de Licenciatura de Matemática, bem como os benefícios desse programa para a graduação desses professores. Para o estudo, seguimos um percurso metodológico de três momentos específicos, no primeiro, com a realização da pesquisa de campo, para a qual utilizamos como instrumento entrevistas estruturadas. No segundo momento, a transcrição das informações, e o terceiro a discussão amparada por referenciais bibliográficos, para o qual foram consultados livros, artigos científicos e documentos oficiais. Como conclusão, ressaltamos que o referido programa é essencial para a Formação de Professores porque permite a relação teoria e prática, bem como, a aproximação com o ensino regular pelas ações dos mediadores que, dentre outras, auxiliam no desenvolvimento de sujeitos críticos, reconhecedores de seus direitos e deveres, ampliando os horizontes de conhecimentos, e ainda possibilita acesso a diferentes instrumentos e culturas, oferecendo novas possibilidades de apropriação do aprendizado pelos educandos.

Palavras-Chaves: Programa Mais Educação. Educação Integral. Escolas públicas. Formação docente.

ABSTRACT

The "More Education" Program, as an educational policy action, is aimed at primary school students, providing an extension of the student's day in public schools, through activities that are grouped in macrofields. However, in 2016, this was reformulated, creating new education, promulgated by MEC Ordinance No. 1,144 / 2016 and governed by Resolution FNDE No. 5/2016, with both structural and pedagogical changes. Thus, the present Course Conclusion Paper aims to discuss the importance of the "More Education" Program for teacher training, considering the collaboration of three undergraduate mediators of the program, all graduates of the Mathematics Licenciature course, as well as the benefits of this program for the graduation of these teachers. For the study, we followed a methodological course of three specific moments, in the first one, with the accomplishment of field research, for which we use structured interviews as instrument. In the second moment, the transcription of the information, and the third the discussion supported by bibliographical references, to which were consulted books, scientific articles and official documents. As a conclusion, we emphasize that the said program is essential for teacher training because it allows the relation theory and practice, as well as, the approximation with regular education by the actions of mediators who, among others, help in the development of critical subjects, their rights and duties, broadening the horizons of knowledge, and also allows access to different instruments and cultures, offering new possibilities for learning appropriation by learners.

Keywords: More Education Program. Integral Education. Public schools. Teacher training.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Diferenças entre o “Mais Educação” e o “Novo Mais Educação”22

QUADRO 2- Informações acerca do Programa Novo Mais Educação.....36

LISTA DE TABELA

TABELA 1- Adesões ao PME de Escolas Públicas por Estado.....	27
TABELA 2- Estudantes atendidos pelo PME, por Estado.....	28
TABELA 3- Parcerias do “Mais Educação”, no Brasil, na Região Norte–2013.....	31
TABELA 4- Contrapartida ao “Mais Educação”, no Brasil, na Região Norte-2013..	32

LISTA DE SIGLAS

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CUNCAST – Campus Universitário de Castanhal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

SEB – Sistema Educacional Brasileiro

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

UM APRENDIZ / DOCENTE MATEMÁTICO EM FORMAÇÃO: Caminhos que introduzem e justificam a pesquisa.....	12
1 ASPECTOS GERAIS SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.....	16
1.1 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Implantação e desenvolvimento	16
1.1.1 Contribuições do Programa Mais Educação para o Ensino.....	19
1.2 O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	21
1.3 O PANORAMA DO “MAIS EDUCAÇÃO”	24
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
2.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	33
2.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	34
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47
APENDICE A- ROTEIRO PARA A ENTREVISTA	51

UM APRENDIZ / DOCENTE MATEMÁTICO EM FORMAÇÃO: Caminhos que introduzem e justificam a pesquisa

Meu¹ desejo de ser professor ainda surgiu na infância. Considero que os primeiros anos de escola deram início a minha vida de estudo, sendo mais específico da primeira à quarta série, a dificuldade que eu sentia na disciplina de matemática era muito grande, já que não conseguia compreender muito bem as operações básicas.

Nesse período as quatro operações não faziam sentido na minha compreensão, principalmente a divisão.

Considero de grande importância a participação familiar no processo da educação escolar, penso assim, pela participação de minha mãe na minha formação, pois por várias vezes me acompanhou nos deveres escolares, e, em uma dessas vezes minha mãe sentou comigo e me explicou o pouco que ela sabia sobre as quatro operações, adição, subtração, multiplicação e divisão.

A partir desse dia a matemática ganhou um sentido diferente em minha vida, e a cada assunto novo que os professores apresentavam a paixão por essa área de conhecimento crescia exponencialmente, tornando-se cada vez mais interessante e desafiadora.

Fui crescendo com um interesse imenso em aprender cada vez mais sobre matemática, aos nove anos de idade decidi que minha carreira profissional seria como professor de matemática, e a partir dessa decisão a dedicação nessa área se multiplicou, e uma forma que encontrei de sempre está relembrando e estudando assuntos passados foi ajudar alunos em séries inferiores a minha em seus trabalhos escolares.

Dessa forma, eu sempre relembrava e aprendia algo novo na matemática, novas formas de resoluções, novos métodos de ensinar e principalmente a satisfação de transmitir meus conhecimentos à outra pessoa e assim contribuir para a sua formação, com isso eu consegui ter uma base muito boa que até hoje me

¹ Empregarei expressões na primeira pessoa nesta seção introdutória para evidenciar que a pesquisa surge de minha experiência como docente/aprendiz no Programa Mais Educação. A partir da segunda seção utilizarei a terceira pessoa porque estarei amparado pelos autores que me auxiliam nesta produção.

sustenta nos estudos e que facilita a minha compreensão em assuntos estudados atualmente.

Inclusive, era muito comum, principalmente na sétima série do ensino, já conseguir ensinar alguns alunos a tarefa de matemática, e, ao ingressar no Ensino Médio, achando que já sabia tudo sobre matemática, tive a primeira decepção, assuntos novos, outras disciplinas que envolvem cálculos, como a Física, me fizeram entender que tudo o que eu sabia até aquele momento era insuficiente em relação ao que ainda tinha para conhecer.

Surgiu então a necessidade de recorrer aos meus professores para realmente aprender, visto que até então eu sempre conseguia aprender tudo o que precisava estudando sozinho, daí consegui criar laços de amizade muito fortes com vários professores que me acolheram e que contribuíram muito para meu desempenho.

Analisando tudo o que eu já tinha estudado, e ainda assim com dificuldades na compreensão de certos assuntos, surgiu uma dúvida e algumas perguntas – Como meus colegas iriam conseguir um bom desempenho em matemática? Como foi a base desses alunos que estudam comigo? E ainda, como conseguirão aprender sobre matemática todo o necessário para um futuro próximo como o vestibular e uma possível faculdade?

Essas perguntas e preocupações me levaram a começar a ensinar meus amigos do Ensino Médio também, e posteriormente vi que se abria uma porta para ajudar minha condição financeira, visto que tive uma vida acadêmica com poucos recursos, e como o despreparo das pessoas em relação a matemática era exorbitante, comecei a dar aulas particulares e passei a ser remunerado por isso.

Enfim, com minha entrada na universidade, pude participar de projetos institucionais que contribuíram muito para minha formação como futuro professor, um deles foi a monitoria do curso de Licenciatura Plena em Matemática, no período de doze meses, onde percebi como a falta de uma boa base limita muito a aprendizagem dos alunos que ingressam nesse curso de matemática, podendo ocasionar posteriormente algumas desistências.

Mas, considero de maior contribuição para minha formação como professor foi o Programa “Mais Educação”, pelo qual tive um contato direto com a educação básica na condição de monitor ou mediador, no qual vivenciei o projeto introduzido nas escolas como uma espécie de reforço e incentivo no estudo de algumas disciplinas, uma delas a matemática, e outras atividades extraclasse, e sua

dinâmica propõe uma metodologia diferenciada, de modo que, os estudantes absorvam os conteúdos sem se prender aos cadernos e livros, a partir de ações voltadas para a formação (MOTA, 2016).

Foi através do “Mais Educação” que pude ter acesso a verdadeira realidade dos alunos, principalmente de alunos de escolas públicas, mas dessa vez, olhando com os olhos de um professor, porém, com o comportamento de alguém que aprende em contato com outros estudantes.

Vejo o “Mais Educação” como principal elemento motivador este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pelo qual algumas das minhas preocupações como aluno e agora como professor podem ser amenizadas, por isso considero este projeto, uma oportunidade para minha formação, bem como a construção de minha prática docente.

Assim, com o intuito de registrar o quanto este programa tem contribuído para a minha formação, ousei estudar sobre este programa confrontando os parâmetros que o rege com minhas experiências no mesmo durante três anos e ao mesmo tempo confirmar essas minhas percepções com de outros acadêmicos de Matemática também monitores do “Mais Educação”.

Dessa forma a minha experiência nesse programa, foi fundamental para meu crescimento enquanto cidadão, e professor de matemática, já que pude aprender muita coisa na prática com esses alunos.

Nesse contexto, a presente pesquisa parte da seguinte indagação: **Quais as contribuições da educação integral no Programa Mais Educação em relação às práticas escolares desenvolvidas nas escolas, para a Formação de Graduandos em Matemática?**

Para responder nossa indagação inicial, este trabalho apresenta como objetivo **discutir aspectos relacionados a importância do Programa “Mais educação” para a formação do Graduando em Matemática**, a partir de uma relação sobre o que penso e o que senti na experiência como articulador e as ideias de meus colaboradores na pesquisa.

No primeiro capítulo de forma introdutória apresentamos elementos que motivaram a realização para este estudo, no qual discorreremos sobre a aproximação entre os aspectos gerais a programa mais educação, bem como a mobilização para a implantação e desenvolvimento.

Apresentamos ainda neste capítulo algumas contribuições do "Mais Educação" para o programa Novo Mais Educação; e discorremos sobre o panorama do "mais educação" apresentando a nova roupagem do programa com suas mudanças e acréscimos em sua dinâmica.

No segundo capítulo, trazemos elementos que caracterizam os aspectos metodológicos da pesquisa, onde descrevemos um pouco sobre os desafios que enfrentamos como pesquisador que nortearam a pesquisa, a partir da caracterização de seus elementos e dos participantes colaboradores.

No terceiro capítulo desenvolvemos uma breve discussão teórica e prática dos pontos de vista dos participantes, cujos argumentos são confrontados com referenciais teóricos da área.

E, finalmente apresento meus argumentos a partir do que adquiri nos referenciais e na pesquisa realizada, numa perspectiva de que os resultados alcançados deixam em aberto a possibilidade de novos estudos sobre o Programa, uma vez que este pode sofrer novas adaptações de acordo com o contexto e com a política educacional.

1 ASPECTOS GERAIS SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Nesta sessão, trataremos sobre a implantação do Programa, sua importância, o processo de desenvolvimento, os resultados e a repercussão deste no processo de ensino e aprendizagem das crianças de ensino fundamental da escola pública, e ainda, as mudanças, que ocorreram na sua implementação a partir da primeira versão para a segunda.

1.1 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Implantação e desenvolvimento

O programa “Mais Educação”, foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10. Assim consistia em uma estratégia do Ministério da Educação (MEC) na implementação de uma agenda de educação integral nas escolas públicas das esferas estaduais e municipais de ensino.

É um programa que proporciona a ampliação da jornada estudantil das escolas da rede pública, para no mínimo 7 horas por dia, por meio de atividades que são agrupadas em macro Campos, ou seja, essas atividades foram organizadas e divididas da seguinte forma: acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, meio ambiente, cultura e artes, inclusão digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica, educação econômica (BRASIL, 2009). Sendo possível se efetivar o ensino de matemática em vários desses macro campos, com maior ênfase no acompanhamento pedagógico, na educação científica e educação econômica, numa perspectiva interdisciplinar.

Além disso, ressalta-se que o programa “Mais Educação” foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em conjunto com a Secretaria de Educação Básica (SEB) além de parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em rede nacional.

Assim, com o passar dos anos, o programa tinha como meta inicial conseguir aumentar as oportunidades educativas, com possibilidade de ampliar o tempo e os espaços educacionais dos alunos, através de realização de atividades que tivessem com o intuito de melhorar o ambiente escolar a fim de que possa se reduzir os índices de violência ocorridos nesse espaço, bem como melhorar o ensino e aprendizado dos alunos (BRASIL, 2009).

Contudo, o programa no ano de 2016 passou por reformulações, onde foi criado o Programa “Novo Mais Educação”, promulgado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016. O novo programa é considerado como uma nova estratégia do MEC, que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, a partir da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescente (BRASIL, 2016).

Assim, no ano de 2017, o Programa foi implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática, bem como a realização de atividades em relação a artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional juntamente com a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar (BRASIL, 2016).

De acordo com Santos (2012), o programa Mais Educação foi criado pelo MEC, tendo como principal intuito estar baseado em uma educação integral, ou seja, conforme a legislação educacional do Brasil, nesse tipo educação deve-se contemplar o sujeito por inteiro, em todas as suas dimensões, de acordo com o que é documentado pelo MEC.

Ressalta-se que este foi um programa nacional, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, no qual uma de suas diretrizes estava voltada para aumentar a oferta educativa das escolas municipais dentro do país (BRASIL, 2012).

Dessa maneira, foi ao longo do tempo integrando ações importantes referentes ao plano de desenvolvimento da educação (PDE) e construindo uma ação inter-setorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, para isso,

[...] coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos de educação pública (BRASIL, 2007, p. 7).

Nessa mesma tônica, Barbosa (2012) compreende que na visão do MEC, a proposta de educação integral tem como objetivo contribuir para ampliação da jornada escolar, de espaço para alunos e professores executarem suas atividades, cuja ação, visa dentre outras, a partir de um trabalho contínuo, a diminuição das

desigualdades educacionais e a valorização da diversidade cultural nos municípios brasileiros, uma vez que, a qualidade da educação pressupõe melhoria na qualidade de vida.

Sendo assim, o programa “Mais Educação”, vem tentando buscar uma educação para além da sala de aula, ou seja, uma educação que possa estar direcionada também para os setores sociais e os familiares, no intuito de promover uma aprendizagem cidadã, participativa que seja levada para a vida toda (BARBOSA, 2012).

Logo, o presente programa, usa como base dados coletados de estudos realizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) além dos dados da prova Brasil. Assim, todos esses dados que são coletados, são essenciais para fomentar as atividades visando à melhora do ambiente escolar, já que o grande beneficiário acerca desse processo, sem dúvida será o aluno.

Sobre o assunto, acordo com o documento do MEC (BRASIL, 2012) afirma que:

Nesses estudos destacou-se o uso do “Índice de Efeito Escola – IEE”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada (BRASIL, 2012, s/p).

Dessa maneira, entende-se que a proposta de uma educação integral existente no referido programa, apresenta, de acordo com o documento do MEC, Educação integral /educação integrada em tempo integral (BRASIL, 2009).

No que se refere ao conceito de educação integral proposto no programa “Mais Educação”, Moll (2015) ressalta que tal fato é importante já que fundamenta-se no aumento da atuação da escola na formação do ser humano, ou seja, a escola passa assumir uma educação além dos saberes clássicos, contemplando assim para os alunos, assuntos voltados para as manifestações culturais, artísticas e esportivas ligadas à comunidade.

Ainda segundo a autora, nesse programa as atividades desenvolvidas precisam ser propostas em diferentes “campos” dentro e fora da escola, isto é, na tentativa de maximizar os espaços existentes da escola, como também utilizar os espaços públicos da cidade, fazendo uma associação no que se refere ao território educativo.

Em suma, pode-se dizer que o programa “Novo Mais Educação” precisa de algumas características fundamentais para seu bom funcionamento, dentre elas: a organicidade para todas as ações que são realizadas na escola, para que haja consonância no qual afirma o documento do MEC, Educação integral /educação integrada em tempo integral (BRASIL, 2009, p. 131).

Portanto, é imprescindível que o projeto do Programa Mais Educação possa estar integrado diretamente com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola participante do programa.

1.1.1 Contribuições do Programa Mais Educação para o Ensino

Embora saibamos que os critérios da Educação Integral não sejam contemplados em nossa realidade, haja vista que, nossas escolas, em sua maioria ainda não possuem estrutura física, humana, nem pedagógica, para atender o alunado durante 7 ou 8 horas diárias de ensino integral com qualidade, consideramos que a proposta de escolas de tempo integral que fundamenta-se em concepções, práticas e pensamentos políticos e filosóficos que divergem e vêm se construindo a longas datas seguindo as mudanças do contexto social, político e econômico do país, tem trazido grandes contribuição para sistema de ensino brasileiro (GADOTTI, 2009).

Nesse sentido, é sabido que a proposta converge no sentido de favorecer acesso um fortalecimento do processo educativo, pelo apoio docente que é oferecido em sua dinâmica, de modo que a base curricular é reforçada nas ações do Programa em consonância com a estrutura disciplinar das escolas.

Isso é possível porque, conforme Moreira e Bertolin (2016):

[...] a educação integral pode ser vista sob duas diferentes perspectivas: como concepção ou como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Assim, educar exige reconhecer que os sujeitos constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética e estética. Como processo pedagógico, por sua vez, a educação integral reconhece a importância não apenas dos saberes formais, mas também dos não formais, bem como valoriza os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e faz de todos sujeitos históricos e sociais (MOREIRA; BERTOLIN, 2016, p. 111).

Desse modo, apesar das dificuldades de muitas realidades educacionais para o bom funcionamento do programa, é visível as intenções dessa política para a

Educação Básica, a considerar a realidade de muitas crianças que não dispõem de um apoio na educação escolar em suas famílias, outras, que encontram-se em defasagem de aprendizagem por questões socioeconômicas, e outras, envolvidas e vitimadas por questões psicológicas e emocionais.

Contudo, “a escola não pode fazer tudo o que a sociedade não está fazendo; ela não pode substituir todas as políticas sociais. A escola precisa cumprir bem a sua função de ensinar” (GADOTTI, 2009, p. 30).

Assim, embora saibamos que o referido programa não atende a todas essas especificidades, mas apresenta uma ação paliativa em alguns aspectos que possam interferir no desenvolvimento dessas crianças, eis a importância da dinâmica do programa para subsidiar esses aspectos que interferem diretamente no currículo escolar, refletindo no baixo rendimento, e conseqüentemente, nos resultados negativos do processo educacional.

A considerar esse caráter formativo do programa, independente de suas condições “a escola pública precisa ser integral, integrada e integradora” (GADOTTI, 2009, p. 32), o que lhe exige uma atuação multidimensional, pela qual desenvolva uma relação direta entre instituição mantenedora, família, programas e projetos sociais, dentre outras instituições que asseguram uma educação mais consistente.

Embora a escola esteja a serviço do estado e direcionada pelo mesmo, a educação escolar, não pode se dar dissociada do contexto, das vivências, e o programa “Mais Educação” traz em sua proposta a expectativa da seguridade dessa formação das crianças e jovens da educação básica. Considerando o que Gadotti (2009) apresenta sobre o caráter inovador dos projetos de escola em tempo integral, que dentre outros objetivos possibilita:

- 1) educar para e pela cidadania;
- 2) criar hábitos de estudo e pesquisa;
- 3) cultivar hábitos alimentares e de higiene;
- 4) suprir a falta de opções oferecidas pelos pais ou familiares;
- 5) ampliar a aprendizagem dos alunos além do tempo em sala de aula (GADOTTI, 2009, p. 38).

Esses objetivos bem traçados e delineados podem contribuir positivamente nos aspectos sociais, culturais, psicológicas e emocionais já mencionados, a partir das propostas pedagógicas e das ações educativas oferecidos pelo programa nas escolas.

1.2 O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

Como já visto anteriormente, o programa Mais Educação foi criado em 2007 para fomentar a Educação integral com atividades no contra turno escolar. Ainda assim, Bonelli (2013) comenta que as escolas participantes de 2008 a 2011 apresentaram redução no desempenho em Matemática e baixíssima melhoria em relação à Língua Portuguesa, tanto nos anos iniciais, assim como no Ensino Fundamental na Prova Brasil.

Em virtude desse panorama, o programa no ano de 2016 entrou em uma “nova” fase, assim surgiu o programa “Novo Mais Educação”, onde seu principal foco está voltado na melhoria da aprendizagem nessas disciplinas, cobradas pela Prova Brasil, além do mais, o programa, prioriza inscrições de instituições com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

No quadro abaixo, pode-se observar melhor as principais mudanças em relação ao Programa Mais Educação (2007-2016) e o programa Novo Mais Educação (a partir de 2017), segundo as diretrizes do Ministério da Educação (2017).

Quadro 1- Diferenças entre o Programa “Mais Educação” e “Novo Mais Educação”

	Mais Educação (2007-2016)	Novo Mais Educação (a partir de 2017)
Objetivos	Proporcionar a melhoria da aprendizagem por meio da oferta de tempo integral, com jornada igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais no contra turno.	Contribuir na melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática por meio da ampliação da jornada com carga horária de cinco ou 15 horas semanais no turno e contra turno
Como Funcionava	A escola precisava contemplar, de forma obrigatória, pelo menos uma atividade de acompanhamento pedagógico, com duração de seis horas semanais e outras três atividades nas áreas de Educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, saúde, comunicação, investigação no campo das Ciências da Natureza e Educação econômica.	Atualmente existem dois tipos de opções de carga horária, uma de cinco ou 15 horas. As escolas que optarem pelo primeiro modelo devem realizar duas atividades de acompanhamento pedagógico (uma de Língua Portuguesa e outra de Matemática), Já as que optarem pelas 15 horas, terão de contemplar as duas disciplinas com quatro horas dedicadas a cada uma e oferecer outras três atividades, divididas nas sete horas restantes.

Adesão	As escolas tinham que preencher o Plano de Atendimento, por meio do PDDE Interativo, no qual tinham que conter a indicação das atividades a serem desenvolvidas ao longo do semestre.	Nos dias atuais, as secretarias municipais e estaduais de Educação devem indicar as escolas para participar do programa pelo módulo PAR do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), sendo que a carga horária pode ser indicada pela secretaria ou definida pelas escolas no PDDE Interativo.
Recursos	Antigamente poderiam ser empregados em despesas de transporte e alimentação dos responsáveis pelas atividades, visando à obtenção de material de consumo e na contratação de serviços. Assim, os valores eram calculados de acordo com o número de turmas e estudantes em um período de seis meses, tendo como referencial os seguintes indicadores: - 160 reais por mês, por turma de acompanhamento pedagógico monitorada, para escolas urbanas e 240 reais para as rurais; - 80 reais por mês, por turma das demais atividades monitoradas, para escolas urbanas e 120 reais para as rurais. - 10 reais por estudante informado no Plano de Atendimento da Escola.	Atualmente podem ser empregados nos mesmos itens que o modelo anterior (veja à esquerda). No entanto, os recursos são correspondentes ao período de oito meses e têm como referencial: - 150 reais por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 horas, 80 reais para as que aderirem à carga horária complementar de cinco horas e 80 reais para as atividades de livre escolha; - 15 reais por estudante informado no Plano de Atendimento da Escola, para escolas urbanas e rurais que implementarem carga horária complementar de 15 horas e 5 reais para as que implementarem cinco horas; - Para escolas rurais, o valor por turma será 50% maior do que o definido para as urbanas.
Crítérios de Participação	Para as escolas urbanas, os critérios eram já terem sido contempladas pelo programa Mais Educação e PDE Escolar, ter nota inferior a 4,6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 3,9 nos finais no IDEB ou 50% ou mais dos estudantes inseridos no Bolsa Família. As rurais precisariam estar localizadas em municípios com pelo menos 15% da população analfabeta, 25% em situação de pobreza ou 30% morando no campo. Também poderiam ser contempladas as instituições localizadas em assentamentos de 100 ou mais famílias, áreas quilombolas ou indígenas.	Prioriza escolas que já receberam recursos na conta PDDE Educação Integral entre 2014 e 2016, com baixo nível socioeconômico e baixo desempenho no IDEB.

Quem aplicava as atividades:	Antigamente que aplicava as atividades eram monitores que geralmente eram estudantes universitários com formação específica nas áreas contempladas ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas (como mestre de capoeira e contador de histórias, por exemplo). Estudantes do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA) também podiam desempenhar a função de acordo com suas competências, saberes e habilidades. As atividades não eram remuneradas, o que era remunerado era somente as despesas com transporte e alimentação dos voluntários.	Atualmente o trabalho é realizado pelo articulador da escola, o mediador de aprendizagem e o facilitador. Todos são voluntários. O primeiro é responsável pela coordenação e organização das atividades, devendo ser professor, coordenador pedagógico ou possuir cargo equivalente com carga horária mínima de 20 horas, em efetivo exercício, de preferência na própria instituição. O mediador é quem realiza as atividades de acompanhamento pedagógico e atua articulado com os professores da escola, enquanto que o facilitador realiza as outras atividades na escola.
-------------------------------------	---	--

Fonte: BRASIL (2017)

Sendo assim, este documento destaca que de acordo com Núcleo de Educação Integral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), ainda é muito cedo pra realmente avaliar todos os reais impactos das mudanças, em relação ao programa nos municípios brasileiros.

Principalmente, porque, ainda acredita-se que os materiais disponíveis do antigo para o “Novo Mais Educação” não contribuem para as mudanças, que aparecem muito mais como um reforço escolar, do que como projeto de formação socioeducativa, o que pode contribuir negativamente não só para os alunos, mas para toda a comunidade educativa, pois os mesmos sentem-se desmotivados para “assistir aulas” em dois turnos consecutivos.

Contudo, as dinâmicas diferenciadas com estratégias metodológicas poderiam contribuir muito mais, afinal são elas que fazem a diferença entre o ensino regular e o programa na formação dos estudantes.

Além disso, observa-se que o “leque” de atividades oferecido pela primeira versão do programa incentivava especialmente a ampliação da aprendizagem e experimentação, enquanto o novo está voltado para as áreas mais tradicionais da Educação Brasileira (BRASIL, 2017).

1.3 O PANORAMA DO “MAIS EDUCAÇÃO”

Segundo Coelho e Mauricio (2016), quando se fala acerca de educação integral o mesmo não pode ser considerado somente como algo que estabeleça propostas de horas a mais, haja vista, que o aumento de jornada nem sempre resulta em aumento de qualidade. Sendo assim, estar mais tempo na escola não garante 100% o desenvolvimento de habilidades e conceitos, tampouco, necessariamente favorece a formação humana.

Ainda acerca sobre esse assunto, os autores Coelho e Mauricio (2016) destacam que:

O aluno que vive em meio doméstico temporalmente ordenado incorpora, espontaneamente, métodos de organização e estruturas cognitivas ordenadas, que o predispõem a participar, espontaneamente, da lógica escolar. A criança criada na cultura oral precisa realizar um esforço de linguagem e de ordenação do tempo e de suas ações para integrar-se a essa mesma lógica. Essa criança tanto pode rejeitar esta nova ordem, como desenvolver um processo de aproximação (COELHO; MAURÍCIO, 2016, p. 1099).

Desse modo, compreende-se que pensar em educação ao longo da vida, em duas etapas uma caracterizada por uma “educação integral” e a outra por “tempo integral”. Sobre esse assunto, Azevedo, Coelho e Paiva, (2014) acreditam que a “educação integral” é visto como a oferta de uma formação completa para o sujeito, enquanto o “tempo integral” é caracterizado como a possibilidade de aumento de jornada.

Desse modo, a ampliação da jornada acontece de acordo com as de educação integral “sócio-históricas ou contemporaneamente referenciadas” (AZEVEDO, COELHO e PAIVA, 2014). Para compreender melhor, entende-se que na primeira concepção, de acordo com os autores citados está relacionado para a formação humana; enquanto na segunda concepção, está voltado para a possibilidade de proteção integral a crianças e adolescentes, bem como a oferta de um currículo que possa ser integrado, assim como a ampliação das horas que o estudante permanece na escola.

Gadotti (2013) destaca de forma melhor estas relações quando discute que:

O tempo integral, como prevê a LDB, como um direito de cidadania. É um direito dos pais que trabalham. As mães que trabalham têm o direito de deixar seus filhos pequenos em creches e escolas enquanto elas trabalham. É também um direito das crianças terem acesso a um conjunto de bens e serviços que a sociedade moderna pode lhes oferecer. Todos sabemos que a exiguidade do tempo que a criança passa na escola é uma das causas do seu baixo rendimento escolar. A escola que adotar o tempo integral precisa estar ciente que precisa incorporar em seu projeto político-pedagógico o formal, o não formal e o informal. A maior parte do que sabemos está fora da escola. O que sabemos está vinculado tanto à escola quanto a sua primeira comunidade de aprendizagem, que é a família e seu entorno (GADOTTI, 2013, p. 35).

Logo, sobre esse assunto, destaca-se o programa “Novo Mais Educação”, já que o mesmo tem como objetivo, ampliar a jornada escolar nas Unidades Escolares da rede pública de ensino.

Sobre o programa mencionado, Cavaliere (2014, p.156) aborda que o mesmo pode ser visto como “uma política de gestão social da desigualdade e da segregação escolar do que uma política de luta contra as principais causas da desigualdade e da segregação escolar e os processos sociais e escolares que as produzem”.

Ainda de acordo com autora, alguns estudos apontam algumas dificuldades que são encontradas em relação ao fomento do programa “Mais Educação”, especialmente em razão da infraestrutura precária de muitas escolas públicas, além da falta de parcerias e equipamentos públicos.

Para Mota (2016), o programa “Novo Mais Educação” na teoria precisa ser organizado por meio de parcerias, assim alguns alunos inscritos no programa, em cada escola, precisariam ter o acesso a atividades diversificadas no contra turno da escola.

Neste paradigma, observa-se que não há de fato um currículo integrado, ou uma conversa entre os saberes, mas há sim, momentos que os alunos têm acesso a conhecimentos mais valorizados pela sociedade e, ou então, se relacionam com saberes os quais a sociedade não atribui o mesmo prestígio.

Desse modo, no intuito de uma compreensão melhor acerca do panorama do referido programa, abaixo será mostrado índices relacionados a ele, não somente na

região norte, mas também como nos Estados atendidos de forma nacionalmente. Assim, todos os dados foram coletados do Ministério da Educação.

Assim, a primeira tabela refere-se o modo como tem ocorrido a expansão do programa “Mais Educação” nas escolas públicas de ensino fundamental do Brasil.

Tabela 1 - Adesões ao PME de Escolas Públicas por Estado

Unidade da Federação	Escolas Públicas do EF ²	Escolas adesão ao PME em 2014	Percentual de escolas adesão ao PME em 2014 (em %)
Ceará	5.197	3.940	75,8
Goiás	2.652	1.898	71,6
Rio de Janeiro	4.659	3.237	69,5
Tocantins	1.283	867	67,6
Rio Grande do Norte	2.436	1.599	65,6
Mato Grosso	1.747	1.135	65
Alagoas	2.294	1.329	57,9
Distrito Federal	529	301	56,9
Amapá	665	371	55,8
Pernambuco	6.573	3.664	55,7
Sergipe	1.663	919	55,3
Rio Grande do Sul	5.823	3.073	52,8
Paraíba	4.144	2.170	52,4
Rondônia	1.031	537	52,1
Bahia	15.017	7.296	48,6
Piauí	4.398	2.087	47,5
Minas Gerais	9.813	4.555	46,4
Pará	9.631	4.467	46,4

Maranhão	10.428	4.798	46
Espírito Santo	2.126	901	42,4
São Paulo	10.852	4.188	38,6
Paraná	5.181	1.961	37,8
Acre	1.480	508	34,3
Santa Catarina	2.955	991	33,5
Roraima	627	210	33,5
Mato Grosso do Sul	859	286	33,3
Amazonas	4.851	1.363	28,1

Fonte: MEC/INEP (2014).

Assim, observa-se de acordo com os dados descritos acima, que os Estados populosos como São Paulo e Minas Gerais, ainda apresentam índices que são relativamente baixo de adesões. Nota-se também que Estados como Mato Grosso do Sul e Roraima, os índices de adesão também são considerados baixos, o que tal fato pode ser visto com preocupação, em razão do reduzido número de escolas públicas de ensino fundamental nesses Estados, bem como a ausência de outras ações, projetos e programas de educação integral.

Outro ponto a ser mostrado é o caso do Estado do Ceará, onde adesão já consegue atingir mais de 75% das escolas públicas de ensino fundamental, o que pode ser visto como um dado interessante, já que pode existir melhoria nas práticas de divulgação e de disseminação do referido programa.

Na tabela 2, verifica-se o atendimento aos estudantes, por Estado da Federação, como se observa logo abaixo:

Tabela 2 – Estudantes atendidos pelo PME, por Estado.

Unidade da Federação	Estudantes do EF público em 2013	Estudantes do EF no PME em 2014	Percentual de estudantes do EF no PME em 2014 (em %)
Amapá	129.696	108.322	83,5

Tocantins	235.595	144.854	61,5
Maranhão	1.173.822	705.145	60,1
Piauí	468.224	263.946	56,4
Bahia	1.949.009	1.089.524	55,9
Rio Grande do Norte	408.465	227.954	55,8
Paraíba	497.408	273.081	54,9
Ceará	1.074.997	524.430	48,8
Pará	1.386.024	669.758	48,3
Pernambuco	1.107.406	514.490	46,5
Mato Grosso	423.972	178.245	42
Rondônia	260.419	93.256	35,8
Goiás	733.384	254.638	34,7
Roraima	89.305	30.961	34,7
Sergipe	290.207	97.752	33,7
Alagoas	487.240	164.019	33,7
Acre	156.512	52.120	33,3
Rio de Janeiro	1.581.683	506.546	32
Rio Grande do Sul	1.269.049	385.005	30,3
Amazonas	694.445	177.602	25,6
Minas Gerais	2.472.858	534.180	21,6
Espírito Santo	460.407	93.121	20,2
Santa Catarina	726.693	127.008	17,5
São Paulo	4.629.765	789.792	17,1
Paraná	1.325.267	206.694	15,6
Distrito Federal	297.241	46.261	15,6
Mato Grosso do Sul	365.347	50.605	13,9

Fonte: MEC/INEP (2014).

Desse modo, ao fazer a análise dessa tabela, em comparação com a anterior, observa-se que contar com a adesão de um grande número de escolas nem sempre significa atender a um grande número de estudantes, ou seja, é necessário que as escolas possam equilibrar tal “balança”, isto é, aperfeiçoar as adesões e potencializar o atendimento para o maior número de alunos talvez seja um dos grandes desafios, para que de fato possa ter a construção de uma política pública consistente sobre a educação integral (BRASIL, 2015).

A seguir serão mostrados alguns dados especificamente da região norte acerca do programa. Segundo IBGE (2015) a Região Norte constitui-se territorialmente como a maior região do Brasil, no qual é formada por sete Estados, dentre eles: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO).

Segundo o Programa das nações unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), ao comparar a Região Norte com outras regiões brasileiras, a mesma tem o segundo menor IDH (em 2005) e o menor PIB (em 2010).

Ainda segundo PNUD, os dados de escolaridade também mostram o quadro de vulnerabilidade social da Região, visto que, a conformr a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, a Região Norte apresentam o índice de 10,2% de analfabetismo entre as pessoas com de 15 anos ou mais.

De acordo com Mota (2016) as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos da rede pública de educação da Região Norte são: isolamento espacial; escolas unidocentes e escolas multisseriadas.

Além disso, a autora acima descreve que os altos índices de reprovação dos alunos do Ensino Fundamental (15,0% do total de alunos), que decorrem de inúmeras situações de precarização, como, por exemplo, sistema de transporte escolar (que inclui ônibus e barcos) inseguro, ausência de infraestrutura adequada para o bom funcionamento da escola; corpo docente com formação acadêmica insuficiente para o exercício do magistério e dentre outras situações vivenciadas na região.

Nessa perspectiva, o programa na Região Norte, tem o objetivo de promover ao longo do tempo ações educacionais que possam minimizar as injustiças sociais e induzam articulações institucionais entre os Estados, tendo como intuito ampliar as oportunidades educativas, além de melhorar as condições de vida dos alunos (MOTA, 2016).

Sendo assim, observa-se na Tabela 3, as parcerias do programa, na Região Norte e em seus estados/municípios no ano de 2013.

TABELA 3 – Parcerias do “Mais Educação”, no Brasil, na Região Norte – 2013.

Parcerias	Brasil (%)	Norte (%)	AC (%)	AP (%)	AM (%)	PA (%)	RO (%)	RR (%)	TO (%)
Associação(ões) comunitária(s)	66,7	79,2	66,7	100,0	66,7	100,0	75,0	100,0	33,3
Pessoas da comunidade	75,7	70,8	33,3	100,0	100,0	75,0	50,0	100,0	66,7
Academia(s)	25,9	20,8	-	100,0	33,3	-	-	-	66,7
Museu(s)	14,3	4,2	33,3	-	-	-	-	-	-
Centro(s) Cultural(is)	40,2	41,7	33,3	-	66,7	37,5	25,0	100,0	66,7
Centro(s) Social(is)	27,5	33,3	33,3	50,0	66,7	25,0	25,0	-	33,3
Clube(s)	38,6	41,7	100,0	-	33,3	12,5	25,0	100,0	100,0
Espaço(s) militar(es)	18,0	20,8	33,3	50,0	33,3	12,5	-	-	33,3
Igreja(s)	64,6	87,5	100,0	50,0	100,0	87,5	75,0	100,0	100,0
ONG(s)	26,5	20,8	33,3	-	33,3	12,5	-	-	66,7
Parque(s)	30,7	29,2	66,7	-	66,7	-	25,0	100,0	33,3
Espaço(s) de comunicação midiática (rádio, TV, jornal)	23,8	29,2	-	-	33,3	37,5	25,0	-	66,7

Fonte: MEC (2015).

É importante frisar nesse contexto, o total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Norte (24), Acre (3), Amapá (2), Amazonas (3), Pará (8), Rondônia (4), Roraima (1), Tocantins (3) (MEC, 2015).

Logo no que se refere as parcerias firmadas com outros espaços para o desenvolvimento de atividades e oficinas realizadas pelo Programa Mais Educação, é essencial frisar segundos os dados observados que as estruturas físicas das redes

públicas municipais e estadual de ensino da Região Norte são precárias para comportar as atividades da escola e também as do Programa.

Dessa maneira, por meio dos dados citados, é possível analisar que, na Região, as escolas estaduais e municipais de educação possuem de forma maior uma parceria com associações comunitárias (79,2%), enquanto que ao nível nacional parceria é com pessoas da comunidade, configurando 75,7% dos casos pesquisados.

Na tabela 4, os dados já são relacionadas para o tipo de contrapartida oferecida aos parceiros do programa, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios no ano de 2013, como observa-se melhor abaixo.

TABELA 4 – Contrapartida ao “Mais Educação”, no Brasil, na Região Norte – 2013

Contrapartidas	Brasil (%)	Norte (%)	AC (%)	AP (%)	AM (%)	PA (%)	RO (%)	RR (%)	TO (%)
Reforma/manutenção de espaços	55,3	72,7	100,0	100,0	-	75,0	100,0	-	100,0
Serviços gerais	52,1	63,6	100,0	100,0	50,0	75,0	-	-	-
Pagamento de estagiários	27,7	9,1	-	-	50,0	-	-	-	-
Pagamento de pró-labore	16,0	27,3	100,0	-	50,0	25,0	-	-	-
Bolsas para discentes universitários	9,6	9,1	-	-	-	25,0	-	-	-
Redução de imposto/incentivo fiscal	8,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra(s)	5,3	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC (2015).

Ressalta-se que os cálculos dos percentuais tomaram por base o total de respondentes, isto é, Brasil (94), Norte (11), Acre (1), Amapá (2), Amazonas (2), Pará (4), Rondônia (1), Roraima (0), Tocantins (1) (MEC, 2015).

Sendo assim, no que tange a esse processo de construção de parcerias para o desenvolvimento e execução das atividades do programa, foi possível notar que, na região Norte, as contrapartidas oferecidas aos parceiros do programa são divididas em dois grupos: o primeiro voltado para a reforma e manutenção de espaços e o segundo para serviços gerais.

Em suma, percebe-se que a contrapartida oferecida se encontra dentro das possibilidades de execução financeira do PDDE/Educação Integral, visto que, os recursos são destinados as escolas que assinam o termo de adesão do programa (MEC, 2015). Logo, segundo a tabela 4, os dados mostram que, na Região Norte, a reforma e manutenção de espaços conformam 72,7% dos casos, índice elevado quando comparado à realidade nacional (55,3%).

Portanto, de acordo com todos os dados relatados do programa, nota-se que o programa ao longo do tempo, tem por objetivo contribuir com a educação integral de forma igualitária a todos os Estados do Brasil, no intuito de promover a aprendizagem integrada à vida e ao mundo de interesses e de possibilidades de crianças, adolescentes e jovens brasileiros, onde o respeito, o direito de aprender, bem como o direito a vida, são respeitados (MOTA, 2016).

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descrevemos os principais pontos da pesquisa, destacando os aspectos metodológicos utilizados para o estudo

2.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A presente pesquisa define-se como uma pesquisa qualitativa, haja vista, a pesquisa qualitativa não apresenta características acerca da representatividade numérica, mas no aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social, de uma organização, etc. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Além disso, o presente estudo se caracteriza também por ser uma pesquisa de campo, que consiste em “levantamentos que recolhem dados referentes à percepção que as pessoas têm acerca de si mesmas” sobre uma dada realidade (GIL, 2008, p. 56).

Em relação aos objetivos do trabalho, foi uma pesquisa de cunho descritiva, já que descreveu as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

A metodologia segue três momentos específicos: Primeiramente a realização da pesquisa de campo, com aporte bibliográfico, uma vez que relacionamos os enunciados adquiridos na pesquisa com os referenciais sobre o assunto, considerando o que apresenta como características da pesquisa de campo.

Como instrumento de pesquisa utilizamos a entrevista audiogravadas, que segundo Prodanov e Freitas (2013) consiste numa técnica de pesquisa cujos conteúdos analisados possibilitaram uma obtenção maior de conhecimento. Para tanto foi elaborado um número de dez questões, relacionadas ao elemento principal da pesquisa, estando estruturado, o qual serviu de roteiro para a entrevista.

O segundo momento da metodologia consistiu na transcrição das entrevistas, seguindo fidelidade com as informações, e no terceiro momento se deu a análise amparada por estudo bibliográfico, onde foram consultados livros e artigos científicos, que segundo Doxsey e De Riz (2003, p. 38-9) conceituam a pesquisa bibliográfica como aquela que utiliza, exclusivamente, a coleta de informações, conceitos e dados em livros.

Dessa forma, é importante mencionar que toda pesquisa tem algum tipo de referencial, que é uma revisão sistemática da literatura existente (obras, textos, artigos, informação de sites da Internet, dissertações, teses, monografias, relatórios técnicos, revistas científicas, resenhas) (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Como referenciais bibliográficos, nos delimitamos em literaturas digitais, livros impressos, documentos oficiais e pesquisas já existentes, com o propósito de alcançar os objetivos da pesquisa.

4.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Foram colaboradores da pesquisa três graduandos, concluintes de matemática atuantes como monitores do programa “Mais Educação”. Os referidos são do sexo masculino, tem entre 23 e 24 anos, e são articuladores que já tiveram experiência no programa cerca de três anos.

Embora sejam graduandos concluintes, já consideram-se profissionais qualificados a partir da sua prática no programa. Todos são residentes em Castanhal, cursam Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Pará, no Campus Universitário de Castanhal (CUNCAST), e para eles, o Programa Mais Educação tem sido um divisor de águas na sua formação.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

No presente capítulo serão detalhadas as entrevistadas realizadas com os três mediadores do programa, concluintes de Licenciatura em matemática, que atuam em instituições conveniadas com o programa “Novo Mais Educação”. Assim, no intuito de facilitar a compreensão das respostas coletadas pelos entrevistados, todas elas foram organizadas no quadro abaixo.

Quadro 2- Informações acerca do Programa Novo Mais Educação

Perguntas/assuntos abordados	1ºentrevistado	2º Entrevistado	3º Entrevistado
01- Como você aborda os conteúdos de sala de aula nas atividades do Mais Educação?	“Sempre tento pegar esses conteúdos, fazer uma atividade para linear, uma operação, um desenho, para tentar facilitar o aprendizado, fica prazeroso para o aluno as atividades que são repassadas em sala de aula”	“Sempre tentava pegar um mesmo assunto e trabalhar com ele na média em três aulas consequentemente, como no caso, na primeira aula trabalhava uma aula expositiva, na segunda era um jogo e na terceira estava voltado para resolução de exercício.”	Nas atividades do Novo Mais Educação, quando vou inicia um novo conteúdo com os alunos busco sempre apresenta de forma verbal o assunto formando um dialogo com os mesmo pra identifica ser eles já tem algum conhecimento prévio. Logo após utilizando o quadro ou material expresso faço a explicação do conteúdo, e ao mesmo tempo a resolução de vários exemplos e na finalização sempre desenvolvo uma atividade de raciocínio logico ou a utilizo em relação aos jogos matemáticos.
02- Você tem liberdade de trabalhar assuntos de sua escolha?	Sim, tenho liberdade em trabalhar, escolho os assuntos mais relevantes, principalmente aqueles assuntos	Sim, tenho total liberdade em trabalhar em relação aos assuntos, nesse tocante, a coordenação possibilita uma	Sim, a coordenação do programa me deixa à-vontade para as escolhas dos conteúdos a qual identificamos a maior dificuldade

	que na época que era estudante e não tive oportunidades de estudar, hoje, tento transmitir todo tipo de conhecimento, através dessa disciplina.	autonomia, assim escolho as melhores formas para poder ensinar de forma eficiente os meus alunos durante a aula.	dos alunos, mas sempre busco seguir uma linha de raciocínio de acordo com as habilidades cobrada nos testes avaliativos.
03- Os métodos de ensino que você utiliza para ensinar os assuntos de matemática diferenciam dos métodos tradicionais utilizados em sala de aula? De que forma?	Sim, tento procurar algumas atividades mais lúdicas para se trabalhar com ele, algo que despertar o interesse para ele, no caso de jogos, bingos, filmes, e algum recurso tecnológico.	Sim até porque na época que era aluno, as aulas eram basicamente tradicionais, o que de certa forma, não contribuía muito para o interesse nas aulas, atualmente, tento passar da melhor forma possível o conteúdo, despertando o interesse dos alunos.	Sim, a diferença ser destaca na forma de exercita o conteúdo através das atividades de raciocínio logico e através dos jogos matemáticos e através de uma maior aproximação do mediador com os alunos mantendo um melhor relação professor-alunos e aluno-professor.
04- Você utiliza outro ambiente para desenvolver suas atividades que não seja uma sala de aula tradicional? Exemplos: laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra esportiva, etc..	Sim, espaço que a escola proporciona laboratório de informática, parte arborizada, sala de vídeo, o que contribui para o aprendizado do aluno.	Na presente escola não possui muitos ambientes a serem utilizados, em virtude disso o que prejudica de certa forma, porém, o que se consegue utilizar ainda é a quadra esportiva.	Os únicos ambientes já utilizados em minhas atividades foram a quadra esportiva e uma área aberta da escola ao lado do broco de salas. Pois os demais ambientes não são disponibilizados para as atividades do programa.
05- O que te motivou a buscar novos métodos de ensino e aprendizagem para ensinar matemática?	Foi a resistência dos alunos, já que achavam as aulas de matemática chata, foi a grande motivação para mostrar que a disciplina é motivadora.	Uma das principais motivos que levou a buscar novos métodos no ensino, foi à questão financeira, o que influencio diretamente na questão do ensino e aprendizado para alunos do programa.	A necessidade de torna as aulas mais atrativa e assim evitar a evasão dos alunos do programa.
06- Qual a maior dificuldade que você encontra para atender as expectativas do programa Mais	Além da resistência dos alunos, contra turno, gera certo cansaço para eles, tem que tentar	Principalmente sobre a falta de habilidade pra lidar com fundamental, já que na graduação não teve esse	A maior dificuldade enfrentada no programa é a falta de material e espaços adequada para desenvolver as

Educação? E como você lida com essa realidade?	motiva-los no estudo, mesmo estando bastante cansaço.	preparo, em virtude disso, existiu a grande dificuldade inicialmente, e somente na prática adquiriu conhecimento necessário para lidar com essas situações, assim busco sempre materiais e vídeos aulas para me aperfeiçoar.	atividades. Assim, busco sempre materiais mais acessíveis e atividade que de pra serem desenvolvida em sala de aula.
07- Existe uma parceria entre o professor da rede de ensino e você como mediador do Mais Educação?	Nem sempre existi, já que existe certa resistência de certos professores, já que muitos professores pensam que esse programa é somente como se fosse um reforço escola, o que no caso não é verdade.	Não existe uma parceria realmente na presente escola, inclusive o único momento de conversa que existiu, foi no primeiro dia de aula, onde foi passado algumas informações sobre as turmas e depois disso não havia mais contato.	Existe uma parceria com a minoria dos professores, pois a maioria dos professores não dão muita importância pro programa.
08- Você dispõe de recursos tecnológicos para facilitar o ensino e aprendizagem da matemática? Exemplos: sala de vídeo, data show, etc... Caso sim: Como você utiliza esses recursos?	Sim alguns recursos, como a sala de vídeo, o que despertava interesse deles, além do laboratório de informática, já que possui um ambiente climatizado o que motiva os alunos também.	Sim, o que era mais utilizado na escola o projeto, principalmente na parte para trabalhar alguns jogos para os alunos, já que auxilia no trabalho lúdico das atividades, além de usar os projetos na hora de passar algumas provas também.	“Não, pois infelizmente não temos esses recursos disponíveis para as atividades do programa na escola”.
09- Você consegue observar avanços no desempenho dos alunos (notas, atenção, motivação, etc....), após aplicação dos métodos diferenciados de ensino no Mais Educação?	Sim, inclusive professores ressaltam sobre a importância do programa, já que existe um retorno do conhecimento dos alunos em sala de aula.	Sim, muitas observações, inclusive uma tese de doutorado sendo escrita por mim, no qual ressalto sobre a importância do programa mais educação na escola no qual fiz parte como professor.	Sim, a forma que venho avaliando o desempenho dos alunos é através da observação e as avaliações desenvolvidas do programa podem fala que 70% dos alunos apresentaram algum tipo de avanço significativo.

10- Como você vê o Mais Educação Para sua formação?	Uma grande experiência na minha formação profissional melhorou a didática, saber as dificuldades encontradas em sala de aula, bem como saber de que forma poderá contribuir na disseminação do conhecimento para seus alunos.	Foi muito importante especialmente para sanar as dificuldades com alunos muitas vezes novos, com a dificuldade da informação minha como professor, como profissional acredito que cresci bastante nesse sentido, já que adquirir bastante conhecimento sobre essas práticas pedagógicas.	O programa tem uma grande contribuição na minha formação. Através do programa tive a oportunidade de colocar em prática alguns conceitos básicos da Educação Matemática adquirido na minha formação acadêmica e busca constante de novas metodologias tem contribuído para meu aperfeiçoamento como profissional.
--	---	--	---

Fonte: Arquivos da pesquisa (2017)

Assim, de acordo com a primeira pergunta, sobre os conteúdos de sala de aula nas atividades do programa, observamos que cada um dos entrevistados possui **diferentes formas de ministrar o conteúdo em sala de aula**, o que é comum nas práticas docentes, que consistem em ações específicas dos professores no interior da sala de aula ao organizar as formas e conteúdos para ministrar suas aulas.

Sobre esse assunto, alguns autores afirmam que é preciso que o professor esteja em constante formação, através de estudos, treinamentos e capacitações para acompanhar os conhecimentos acerca de sua disciplina para ser manuseadas dentro da sala de aula (KENSKI, 2005 *apud* DORSA, 2009, p.179).

Assim, é preciso entender que antes que técnicas de ensino e aprendizado, (como jogos, recursos tecnológicos, dentre outros), no ambiente escolar, possam ser realmente adotados, para que o principal beneficiário desse processo possa ser o aluno, onde ele consegue aprender não de forma mecânica, mas sim de uma forma que lhe proporcione prazer nos seus estudos ao longo do semestre. (SILVA; SILVA, 2013).

A respeito dessa preparação didática, um elemento é primordial é a liberdade docente, o que encontramos na pergunta seguinte, na qual todos os participantes responderam que tinham total liberdade de trabalhar com assuntos de sua escolha.

Sobre o assunto, Silva e Silva (2013) abordam que o Programa Novo Mais Educação, tem como um dos seus princípios básicos, uma gestão democrática, isto é, uma gestão no qual todos os agentes envolvidos participam ativamente das etapas planejamento, execução e fiscalização envolvidas no projeto escolar.

Ainda sobre o tema, os autores mencionaram que a educação para o referido programa, necessita sem dúvida ser realizada por meio de uma gestão de parcerias entre escola, família, poder público, organizações sociais e dentre outras esferas participativas.

Na terceira pergunta todos os entrevistados também responderam positivamente acerca dos **métodos de ensino** utilizados para ensinar os assuntos de matemática que são **diferenciados dos métodos tradicionais** utilizados rotineiramente em sala de aula, o que de certa forma é bastante positivo aos alunos.

Melo e Santos (2014) acreditam que quando professor tem a oportunidade, por exemplo, de trabalhar metodologias diversificadas, as aulas tendem a ser melhor, porque estes recursos são essenciais para auxiliar no ensino dos alunos, entretanto, nem todas as instituições disponibilizam esse serviço para os professores, o que prejudica de certa forma as suas metodologias.

A quarta pergunta direcionou-se sobre o uso de outro ambiente para desenvolver atividades que não seja uma sala de aula tradicional. Assim, como percebemos no quadro acima, as respostas se diferenciaram, pois **nem todos os participantes trabalhavam em uma escola que disponibilizasse esses ambientes.**

De acordo com Brasil (2017), as atividades do programa podem acontecer tanto dentro da escola, em ambiente próprio, como na comunidade em espaços cedidos, em razão disso, é muito importante que a direção e o articulador do Programa na escola que não têm espaço próprio estabeleçam parcerias, como no caso de clubes, associações comunitárias, igrejas e outros espaços sociais para a oferta das atividades.

Entretanto, sabe-se que a realidade nem sempre é essa na maioria dos colégios, o que proporciona uma reflexão sobre a importância desses espaços, não somente dentro do colégio, mas sim em outras esferas, já que entende-se que esses

lugares podem ser adaptados e adequados às atividades que vão realizar, sendo essenciais para o contexto do ensino e aprendizado dos alunos do programa, como já mencionado anteriormente por Gadotti (2003) e Mota (2016).

A quinta pergunta estava relacionada à principal motivação sobre a busca por novos métodos de ensino e aprendizagem para ensinar matemática. Observa-se que mais uma vez no quadro 1, que as respostas não foram totalmente iguais, mas percebe-se que existe uma **necessidade desses profissionais em ensinar algo motivador aos seus alunos**.

Sobre esse contexto, Castells (2005) destaca que a matemática para alguns alunos ainda é vista como uma disciplina que apresenta dificuldades na sua aprendizagem, sendo rotulada com uma matéria “chata” em comparação a outras disciplinas.

Logo, algumas práticas pedagógicas que são vistas na sala de aula, são referentes à modelo de aula expositiva em um processo de memorização constante, onde o aluno dificilmente mostra interesse em dúvidas ou questionamentos. Porém para alguns alunos esse processo de ensino, provoca consequências em seu desempenho em sala de aula, principalmente nas notas das avaliações da matéria que podem ser abaixo da média da escola.

Dessa forma, é essencial que o processo de ensino e aprendizagem possa ser mais atrativo e interessante para o aluno, em consequência desse processo, o aluno poderá apresentar um interesse maior pelo conteúdo de estudo, assim como a sua participação em sala de aula, poderá ser realizada de forma eficaz, elevando o nível escolar, porque a “Aprendizagem é efetivada pelas trocas sociais, onde a mediação torna-se relevante. Quanto mais profícua for essa ligação, maiores serão as condições de o estudante desenvolver-se” (CUNHA, 2012, p.82), eis a importância da boa relação entre os mediadores e alunos inseridos no programa.

Na sexta pergunta, que se refere a maior dificuldade encontrada para atender as expectativas do programa Novo Mais Educação, de acordo com as respostas observadas, todas se diferenciaram, um destacou a **ausência de habilidades** para trabalhar com esse público, outros, **a ausência de recursos**.

Nesse contexto, mesmo após a implantação do programa, sabe-se que ainda existem muitas dificuldades em relação a essa questão, principalmente no que concerne aos recursos financeiros, porque as condições socioeconômicas amparadas nos art. 9º e 10º da Resolução CD/FNDE nº 5/2016 prevê que os

recursos financeiros do Programa sejam utilizados apenas na cobertura de despesas de custeio, como no caso de: no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos Mediadores da Aprendizagem e facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, bem como na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades complementares, o que compromete a qualidade de outros aparatos necessários para a implementação das ações socioeducativas.

Entretanto, Barbosa (2013) discute sobre esse assunto, apontando que muitas escolas, embora possuam esse programa apresenta dificuldades, e as dificuldades relatadas basicamente são: conflitos com os recursos humanos e a dificuldade financeira e de espaços físicos para o desenvolvimento das oficinas do Programa Mais Educação. Logo, esses empecilhos contribuem negativamente para o trabalho dos mediadores, implicando no aprendizado dos estudantes de modo geral, além disso, prejudica os professores que muitas vezes procuram materiais mais acessíveis e atividade que de pra serem desenvolvidas em sala de aula.

Na sétima pergunta procuramos conhecer se existia de fato uma parceria entre o professor da rede de ensino e o mediador do programa. De acordo com as resposta, **somente um entrevistado disse que existe realmente uma parceria**, o que configura como um dado alarmante para o programa, pois observa-se que em relação a esse contexto, ainda há muito para se trabalhar, no caso pode-se citar o exemplo de Bonelli (2013) em uma pesquisa realizada nas escolas participantes do programa novo mais educação no Espírito Santo, onde foi constatado que umas das principais dificuldades existente esta relacionado à falta de parceria com outros profissionais que trabalham na escola. Ainda segundo o autor, existe uma rejeição muito grande ainda desses profissionais quanto ao novo, pois a mudança gera novos desafios e desacomoda, eis a necessidade de tentar convencer que o programa é válido.

Na oitava pergunta sobre a existência de recursos tecnológicos para facilitar o ensino e aprendizagem da matemática, segundo as respostas, **nem todos os entrevistados disseram que possuem esses recursos em seus colégios**, ao se reportarem aos tecnológicos digitais, o que para eles pode prejudicar em parte a aprendizagem dos alunos, se considerarmos que a realidade das crianças e adolescentes atualmente está permeada desses aparatos.

De acordo com Malheiros (2012), o auxílio dos recursos tecnológicos tem mostrado bastante eficiente nos dias atuais, haja vista, o processo de ensino e aprendizagem pode ser mais atrativo e interessante para o aluno, que apresenta um interesse maior pelo conteúdo de estudo, assim como a sua participação em sala de aula, poderá ser realizado de forma que o aluno possa interagir de forma mais confiante conhecendo uma ferramenta que faz parte do seu cotidiano.

Contudo, ao nos reportar a recursos tecnológicos, pensamos em todo e qualquer recurso pensado para o ensino desde os mais tradicionais aos mais modernos, pois temos a consciência de que os resultados de uma boa educação não podem se restringir aos recursos utilizados, mas, a dinâmica exercida pelos professores. Nesse sentido, os recursos devem servir apenas de apoio didático.

Sobre essa prerrogativa, Bonelli (2013) declara que as escolas participantes do programa Novo Mais Educação, necessitam da utilização desses recursos, para desenvolver a oficinas, cursos, ou seja, diversas atividades que podem proporcionar um aprendizado diferenciado e positivo para os estudos dos alunos.

A nona pergunta foi sobre os avanços no desempenho dos alunos (notas, atenção, motivação, etc) por meio do programa. De acordo com as respostas, todos foram unânimes em dizer que observaram que **os alunos apresentam melhoria em seu desempenho escolar.**

Em comparação com esses dados, de acordo com Miguel (2015) os professores em uma pesquisa realizada com escolas que fazem parte do programa novo mais educação, que os professores afirmaram que após a implantação do programa, foi percebido grande avanços dos alunos, haja vista, é notório quando veem os alunos colocando em prática os ensinamentos recebidos tanto em sala de aula quanto no programa, o que influencia diretamente no desempenho desses alunos nas notas e nas atividades dentro de sala de aula.

O autor destaca ainda que é muito importante quando o corpo docente da escola passa a aceitar o programa e aproveita os conhecimentos adquiridos nas oficinas e os agrega enriquecendo suas aulas, fazendo com que o aluno se torne mais participativo e interessado, assim, todos esses fatores motivam mais ainda o aluno passa a ter mais interesse por estar na escola.

Além disso, em muitas escolas os alunos que antes eram vistos como “expectadores” passaram a ser sujeitos participativos, pois encontraram nas oficinas do Programa, oportunidades e valorização dos seus talentos (MIGUEL, 2015).

A última pergunta concentrou-se em saber como o programa, proporcionou uma melhora na sua formação e crescimento profissional. Conforme as respostas obtidas, todos acreditam que **o programa proporcionou grandes experiências em relação ao aspecto pedagógico**, sendo considerado muito importante para a formação docente. Sobre isso, Brasil (2009) infere que:

[...] A escola pautada pela Educação Integral representa um laboratório permanente desses futuros profissionais que, desde o início de seus cursos, passarão a manter intenso contato com as crianças e com os jovens, numa troca de experiências úteis para a formação e o trabalho de ambos, bem como para o aprimoramento das instituições – básica e universitária – que poderão adequar seus conteúdos programáticos teóricos e práticos, ao longo desse processo inter-relacional (BRASIL, 2009, p. 38-39).

E Gadotti (2009) comenta que tal experiência do programa é imprescindível para formação profissional dos professores que atuam nessa área, além disso, destaca-se que o sucesso desse programa também dependerá bastante, não somente da maior integração Inter setorial do governo, mas do apoio das comunidades e da escola, principalmente dos seus professores e diretores, ou seja, é necessário que haja uma participação em conjunto desses atores sociais, no intuito de levar sempre o melhor aprendizado para todos os alunos.

O resultado dessa educação integral está para além dessa integração Inter setorial, isto é, são as práticas dos articuladores do programa em consonância com a dos professores do ensino regular que farão a diferença na formação do alunado, cujos resultados internos implícitos na dinâmica curricular e os externos explícitos nas avaliações é que definirão a qualidade do ensino, da aprendizagem e do programa, pois se “[...] Por um lado, trata-se de reafirmar a condição da universidade como *locus* da formação dos educadores e, por outro lado, de reafirmar a condição da escola como *locus* do trabalho empírico dessa formação” (BRASIL, 2009, p. 32).

Dessa forma, a Educação integral torna-se um espaço de aprendizagem docente, tanto pela sua estrutura organizativa, quanto pela sua aplicabilidade didática, de modo que, os graduandos nessa experiência conseguem relacionar teoria e prática de forma efetiva, na qual tiram suas conclusões a partir da sua vivência docente, e o que é mais importante, são estimulados a ser criativos e dinâmicos, o que pode tornar-se hábito e ser o diferencial em suas práticas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se no presente trabalho que, conforme os referenciais teóricos, o programa “Mais Educação”, tem como um dos seus objetivos proporcionar a ampliação da jornada estudantil das escolas da rede pública, por meio de atividades que são agrupadas em macro campos, ou seja, essas atividades são organizadas no intuito de contribuir para o aprendizado e ensino dos alunos e divididas da seguinte forma: acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, meio ambiente, cultura e artes, inclusão digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica, educação econômica.

Nesse contexto, ressalta-se a importância do programa, haja vista, o mesmo foi uma iniciativa do MEC em conjunto com a Secretaria de Educação Básica (SEB) além de parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Dessa forma, o programa ao longo do tempo, está conseguindo aumentar as oportunidades educativas, com possibilidade de ampliar o tempo e os espaços educacionais dos alunos, através de realização de atividades que tem o intuito de melhorar o ambiente escolar a fim de que possa se reduzir os índices de violência ocorridos nesse espaço, bem como melhorar o ensino e aprendizado dos alunos.

Contudo, é importante frisar que o programa “Mais Educação” sofreu alterações significativas, como visto na pesquisa (Quadro 1), no qual essas reformulações foram descritas pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016.

Assim, a partir dessas mudanças o governo teve como meta principal melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, a partir da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescente, já que essas duas disciplinas eram consideradas como aqueles que apresentam déficits no aprendizado dos alunos.

Nesse contexto, desde 2017, o programa “Novo Mais Educação” está sendo implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática, bem como a realização de atividades em relação a artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando cada vez mais a melhoria do desempenho educacional juntamente com a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar.

Dessa forma, na presente pesquisa foram entrevistados três articuladores que trabalharam em escolas que tem o programa “Novo Mais Educação”. De modo que, foram coletados depoimentos muito importantes para compreender um pouco melhor sobre os benefícios desse programa, bem como, entender também quais são as principais dificuldades que esses mediadores lidam diariamente no programa.

Logo, segundo as respostas coletas, acredita-se que a implantação do programa, apresentou de certa forma avanços em relação ao processo e ensino e aprendizado dos alunos, proporcionando grandes melhorias em relação aos assuntos discutidos, pois tem contribuído para a melhoria no seu desempenho. E uma das possibilidades é a liberdade de escolha dos mediadores na escolha do assunto e da metodologia adotada. Além do mais, os mediadores evidenciam que suas metodologias são diferenciadas das tradicionais, o que significa dizer que suas práticas são inovadoras, isso motiva os estudantes e facilita a aprendizagem.

Contudo, também apresenta dificuldades na sua dinâmica, haja vista, a ampliação da jornada escolar nas Unidades Escolares da rede pública de ensino, o que detêm alguns pontos negativos também como no caso, de infraestrutura precária de algumas instituições, bem como a falta de parcerias com instituições e equipamentos públicos, já que foram itens ressaltados no presente trabalho.

A carência de parceria entre professores e articuladores também é algo negativo, o que dificulta para a efetivação de práticas mais consistentes tanto por parte de um quanto por parte de outro, pois formas diversificadas de como ensinam, a falta de diálogo entre esses personagens, compromete o desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Além disso, a carência de recursos pedagógicos, dentre eles os tecnológicos tem sido um entrave para a qualidade do ensino.

Contudo, como benefícios pode-se dizer que o programa ao longo do tempo, mesmo que de forma lenta, está conseguindo em algumas localidades aporte de recursos e informações para que os municípios pudessem, posteriormente, organizar e dinamizar suas próprias propostas de educação integral.

Além disso, menciona-se também aqui a importância da escola, já que a mesma juntamente com o professores, enquanto responsáveis pela construção e desenvolvimento de futuros cidadãos do País, e por isso que as práticas pedagógicas são imprescindíveis nesse processo, haja vista que tal tema vem ganhando destaque em algumas escolas, já que, a partir da utilização de recursos e

práticas pedagógicas (Quadro 2) possibilita uma integração maior entre o professor e o aluno, e também um modo alternativo de apreender e estudar disciplinas.

Nessa tangente, percebe-se que, com as diversas destinações dos recursos nas instituições públicas de ensino, a implantação do programa vem trazendo benefícios para as escolas através do incentivo financeiro para a compra de material e para a reforma e adequação dos espaços educativos.

Contudo, infelizmente esse ainda não é um dado considerado na maioria dos colégios, nem mesmo nos entrevistados, além disso, a literatura mostra, que é preciso muito ainda para que todas as instituições atendidas pelo programa, possam realmente oferecer uma estrutura física, bem como recursos tecnológicos, laboratório, bibliotecas, quadras, que possam ser consideradas como forma adequada aos seus alunos.

Logo, é preciso entender que o espaço físico da escola não é único fator determinante para a oferta de Educação Integral, ou seja, o reconhecimento de que a instituição não tem espaço físico adequado para acolher seus estudantes para as atividades de Educação Integral não pode jamais desmobilizar, assim é essencial fazer o mapeamento de espaços, tempos e oportunidades, onde o trabalho em conjunto com famílias, escolas, alunos, devem ser realizados. Como é sabido os estudantes de graduação ainda não dispõem de experiências, os entrevistados confirmam que uma de suas dificuldades está na falta de habilidades para lidar com as crianças, no entanto, o programa favorece experiências pedagógicas, no sentido de contribuir para a formação docente.

Portanto, compreende-se que o programa “Novo Mais Educação”, é essencial, tanto no que se refere aos educandos do Ensino Fundamental no desenvolvimento como sujeitos críticos sabedores de seus direitos, ampliando os horizontes de conhecimentos, possibilitando acesso a diferentes instrumentos culturais, isto é, tendo novas possibilidades de apropriação do aprendizado, para que a escola possa ser caracterizada também como um espaço de qualidade de ensino e disseminador de conhecimento.

Desse modo, os mediadores, em seu processo de formação docente de Matemática, a partir do programa, pela relação teoria e prática podem construir sua prática e sua identidade pedagógica.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Denilson Santos; COELHO. Lígia Martha Coimbra da Costa; PAIVA, Flavio Russo Silva. **Educação integral e tempo integral sob uma perspectiva sócio-histórica.** In: Revista Instrumento – Revista de Estudo e Pesquisa em Educação de Juiz de Fora. V. 16, n. 1, jan./jun. 2014.

BARBOSA, Júlio Maria. **O Programa Mais Educação e os territórios educativos:** o mito das cidades educadoras. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26, 2012. Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPe, 2013.

BONELLI, Catiéle Henker Mergen. **Programa mais educação – mobilização pela qualidade da gestão democrática da educação em tempo integral na escola espírito santo.** 2013. 34f. Monografia (Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

BRASIL. Lei n. 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial**, nº 17, de 24 de abril de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. **Programa Mais Educação:** passo a passo. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 34, de 6 de setembro de 2013.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4877-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-34,-de-6-de-setembro-de-2013>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília/ DF.

BRASIL. **Portaria nº. 1.144, de 11 de outubro de 2016.** Institui o Programa Novo Mais Educação que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de outubro de 2016.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Novo Mais Educação Caderno De Orientações Pedagógicas - Versão I -**. BRASÍLIA, DF, 2017.

BRASIL. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Série Mais Educação. Brasília: MEC, SECAD, 2009. 52 p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf Acesso em 12/01/2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ª ed. vol1 São Paulo: Paz e Terra 2005.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Escolas de tempo integral versus aluno em tempo integral. In: **Revista Em Aberto**. MAURÍCIO, Lúcia Velloso (Org.), Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 51-83, abr., 2011.

COELHO, Lígia Martha C. da C.; MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Sobre Tempo e Conhecimentos Praticados na Escola de Tempo Integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1095-1112, out./dez. 2016.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Walk, 2012.

DORSA, Antônio Costa. **O Texto e as Práticas Textuais e Discursivas Presentes em uma Disciplina na Modalidade a Distância**. Polifonia, Cuiabá, n. 17, p. 175-187, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Brasília: DF, 2005.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Didática geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MIGUEL, Katia Cristina Deps. **Programa Mais Educação**: uma análise do projeto pedagógico. 2015. 166f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2015.

MOREIRA, Sebastiana Aparecida; BERTOLIN, Júlio Cesar Godoy. Avaliação da contribuição do programa mais educação para o ensino fundamental público: estudo de caso de Rio Verde (GO). **Comunicações**. Piracicaba, Ano 23, n. 1, p. 107-125. jan.-abr. 2016. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2596-12501-3-PB%20(1).pdf Acesso em 10/01/2018.

MOTA, Patricia Flavia. **Do plano especial de educação ao programa novo mais educação no estado do rio de janeiro**: uma discussão sobre o tempo integral e as (im) possibilidades de implementação da meta 6 do PNE. 2016, 18f.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: << www.feevale.br/.../E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SANTOS, Juliana Regina Dos. **O Programa Mais Educação De Uma Escola Municipal De Maringá**: Algumas Reflexões. 2012. 22f. Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SILVA, Jorge Alves; Silva, Katharine Ninive Pinto Silva. **Educação Integral no Brasil de Hoje**. 1ª ed. Recife: CRV, 2013.

APÊNDICE

APENDICE A- ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

1 - Como você aborda os conteúdos de sala de aula nas atividades do Programa Mais Educação?

1 - Você tem liberdade de trabalhar com assuntos de sua escolha?

3 - Os métodos de ensino que você utiliza para ensinar os assuntos de matemática diferenciam dos métodos tradicionais utilizados em sala de aula? De que forma?

4 - Você utiliza outro ambiente para desenvolver suas atividades que não seja uma sala de aula tradicional? Exemplos: laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra esportiva, etc..

5 - O que te motivou a buscar novos métodos de ensino e aprendizagem para ensinar Matemática?

6 - Qual a maior dificuldade que você encontra para atender as expectativas do programa Mais Educação? E como você lida com essa realidade?

7 - Existe uma parceria entre o professor da rede de ensino e você como mediador do Programa Mais Educação?

8 - Você dispõe de recursos tecnológicos para facilitar o ensino e aprendizagem da matemática? Exemplos: sala de vídeo, data show, etc... Caso sim: Como você utiliza esses recursos?

9 - Você consegue observar avanços no desempenho dos alunos (notas, atenção, motivação, etc....), após aplicação dos métodos diferenciados de ensino no Mais Educação?

10 - Como você vê o Programa Mais Educação para sua formação?